



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE BIOCÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º O Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculado ao Centro de Biociências, tem por finalidade habilitar profissionais de nível superior para desenvolverem atividades de pesquisa e docência na área de Ecologia.

§ 1º O Programa de Pós-Graduação em Ecologia oferece os cursos *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado, titulando mestres e doutores em Ecologia.

§ 2º O curso de Mestrado visa conferir ao graduado o domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos essenciais à área de Ecologia, de modo a qualificá-lo para a docência em nível superior e para a pesquisa.

§ 3º O curso de Doutorado, além de incorporar os objetivos do Mestrado, exigirá do candidato um trabalho de investigação que represente uma contribuição relevante e original para a Ecologia e que demonstre sua qualificação para formar recursos humanos na área.

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Ecologia é estruturado em duas áreas de concentração: Ecologia Terrestre e Ecologia Aquática.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 3º A administração do Programa de Pós-Graduação em Ecologia é exercida por sua coordenação, que é o órgão executivo do Colegiado do Programa.

Art. 4º O Programa de Pós-Graduação em Ecologia reger-se-á pelo presente Regimento, respeitadas as determinações relativas à pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e no Ministério da Educação/CAPES.

SEÇÃO I DO COLEGIADO DO PROGRAMA

Art. 5º O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia é constituído pelos seguintes membros:

- I - o coordenador do Programa, seu presidente;
- II - o vice-coordenador do Programa, seu vice-presidente;
- III - os demais docentes do corpo permanente do Programa que atendam pelo menos a um dos seguintes requisitos:
 - a) tenham ministrado alguma disciplina do Programa nos dois últimos períodos letivos;
 - b) estejam ministrando disciplina do Programa no período letivo em curso; e
 - c) sejam responsáveis por orientação de alunos do Programa;
- IV - o representante do corpo discente do Programa, com direito à voz e voto.

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

Art. 6º O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia se reunirá ordinariamente, duas vezes por semestre, e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 7º São atribuições do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia:

I - exercer a supervisão didática dos cursos que compõem o Programa, bem como propor medidas e providências visando à melhoria do ensino ministrado;

II - aprovar a lista de oferta de disciplinas dos cursos e seus respectivos docentes, para cada período letivo;

III - avaliar as disciplinas do currículo, sugerindo modificações, quando necessário, inclusive quanto a número de créditos e critérios de avaliação;

IV - apreciar e sugerir nomes de docentes para orientar projetos de Mestrado e de Doutorado, e para ministrar disciplinas nos cursos do Programa, na forma definida por este Regimento;

V - apreciar, diretamente ou através de comissão, planos de trabalho que visem à elaboração de tese ou dissertação;

VI - aprovar nomes de examinadores que constituam bancas de julgamento de exame de qualificação, de defesa de dissertação de Mestrado ou de tese de Doutorado;

VII - opinar sobre qualquer assunto de ordem acadêmica que lhe seja submetido pelo coordenador do Programa;

VIII - alterar o Regimento do Programa e encaminhá-lo às instâncias competentes para a homologação final;

IX - analisar e decidir acerca da proposta de distribuição de bolsas de estudo elaborada pela comissão de bolsas do Programa, a qual terá, na sua constituição, além do coordenador, o representante do corpo docente e o representante do corpo discente;

X - analisar o credenciamento e renovação do credenciamento dos docentes no Programa;

XI - promover os exames de seleção e admissão aos cursos de Mestrado e Doutorado;

XII - organizar e aplicar os exames de seleção e qualificação.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 8º O coordenador e o vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ecologia são eleitos para um mandato de 2 (dois) anos pelos docentes que compõem o corpo permanente do Programa e pelos alunos regularmente matriculados nos cursos de Mestrado ou Doutorado, de acordo com as normas eleitorais definidas em Edital específico, observada a Seção III do presente Regimento.

Art. 9º Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ecologia compete:

I - responder pela coordenação e representar o Colegiado do Programa;

II - convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Programa;

III - submeter ao Colegiado do Programa o plano das atividades a ser desenvolvido em cada período letivo, que deverá incluir a lista de disciplinas oferecidas, e, após aprovação, registrá-lo nas instâncias competentes da UFRN;

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

IV - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do Programa e dos órgãos da administração superior da UFRN;

V - tomar providências no sentido de serem cumpridas as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da UFRN, do Regimento do Centro de Biociências, e do Regimento do Programa;

VI - submeter ao Colegiado os programas de adaptação e os processos de aproveitamento de estudos;

VII - submeter ao Colegiado do Programa os nomes dos membros de bancas julgadoras para exames de qualificação e para defesas de tese ou dissertação, ouvido o orientador do aluno;

VIII - adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em nome do Colegiado do Programa, submetendo-as à ratificação do Colegiado na primeira reunião subsequente;

IX - zelar pelos interesses do Programa junto aos órgãos superiores e empenhar-se na obtenção de recursos necessários ao seu bom funcionamento;

X - colaborar com a diretoria do Centro de Biociências e com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação nos assuntos da pós-graduação.

SEÇÃO III

DAS ELEIÇÕES DO COORDENADOR, VICE-COORDENADOR E REPRESENTANTES DISCENTES DO COLEGIADO

Art. 10. Pelo menos 30 (trinta) dias antes do vencimento dos mandatos do coordenador, vice-coordenador e representantes discentes, o Colegiado constituirá comissão eleitoral, composta por 2 (dois) docentes e 1 (um) aluno membros do referido órgão, a qual terá as seguintes atribuições:

I - elaborar o edital de convocação às eleições, o qual deverá explicitar o período de inscrições, e período e local de votação;

II - compor as mesas eleitoral e apuradora;

III - encaminhar a ata e relatório final ao Colegiado para homologação do resultado das eleições e posterior envio à administração da UFRN.

§ 1º Os candidatos a coordenador e vice-coordenador não poderão fazer parte da comissão eleitoral.

§ 2º O mandato de coordenador e de vice-coordenador é de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução consecutiva.

§ 3º O coordenador e o vice-coordenador devem ser docentes doutores da UFRN e integrar o corpo docente permanente do Programa.

§ 4º Na eleição do coordenador e vice-coordenador do Programa, será respeitado o peso mínimo de 70% (setenta por cento) para o voto dos docentes.

Art. 11. O representante do corpo discente e seu suplente serão eleitos dentre e pelos alunos regularmente matriculados no Programa, com mandato de 2 (dois) anos, não sendo permitida a recondução.

SEÇÃO IV

DOS DOCENTES, DOS ORIENTADORES E DA ORIENTAÇÃO

Art. 12. O corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia será constituído por docentes doutores responsáveis por atividades de pesquisa, extensão, orientação de alunos e ensino de disciplinas constantes da estrutura curricular dos cursos de Mestrado e Doutorado, devidamente credenciados junto ao Colegiado do Programa.

Parágrafo único. A classificação nas categorias de docente permanente, colaborador ou visitante, bem como o credenciamento e a renovação do credenciamento de docentes serão realizadas pelo Colegiado do Programa, de acordo com as normas da Seção V deste Regimento.

Art. 13. A execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e direção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ecologia é da responsabilidade do seu corpo docente, composto por professores lotados em unidades acadêmicas da UFRN e por professores ou pesquisadores pertencentes a outras instituições.

§ 1º Pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos integrantes do corpo docente do Programa deverão estar em regime de dedicação exclusiva (DE) ou 40 horas.

§ 2º O corpo docente do Programa deverá ser constituído por portadores de título de doutor.

§ 3º Todos os integrantes do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia deverão estar diretamente engajados em linhas de pesquisa do Programa.

Art. 14. O Programa de Pós-Graduação em Ecologia poderá contar com a participação, eventual ou por prazo limitado, de docentes doutores visitantes e convidados.

Art. 15. Durante o curso, o aluno será supervisionado por um docente orientador, o qual poderá ser substituído, caso seja do interesse de uma das partes.

§ 1º A substituição do docente orientador deverá ser homologada pelo Colegiado do Programa.

§ 2º Considerado o caráter interdisciplinar da tese ou dissertação, o docente orientador, em comum acordo com o aluno e com a devida aprovação do Colegiado do Programa, poderá indicar co-orientador (es).

§ 3º A aprovação do (s) co-orientador (es) pelo Colegiado não implica credenciamento no Programa.

Art. 16. Compete aos professores orientadores e co-orientadores supervisionar o aluno na organização do seu plano de curso e assisti-lo em sua formação, propor ao aluno, se necessário, a realização de cursos ou estágios paralelos, e assistir ao aluno na elaboração da dissertação ou tese.

SEÇÃO V

DO CREDENCIAMENTO E RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE DOCENTES

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

Art. 17. O credenciamento de docentes da categoria permanente nos cursos de Mestrado e Doutorado terá como base os critérios mínimos listados em seguida:

I - produção intelectual em período equivalente a um ciclo de avaliação da CAPES no momento da solicitação, baseada na publicação de artigos científicos publicados em periódicos inseridos nos estratos A1, A2, B1 e B2 do Qualis da CAPES, conforme os índices de produtividade definidos em colegiado e publicados em resolução ao início de cada ciclo de avaliação;

II - ter firmado compromisso para contribuir regularmente como docente em uma ou mais disciplinas do Programa;

III - ter firmado compromisso para orientar regularmente alunos do Programa;

IV - obter aprovação no colegiado do curso, atendendo ao plano estratégico de crescimento do programa.

Art. 18. O credenciamento de docentes orientadores no curso de Doutorado terá como pré-requisito, além dos critérios definidos no artigo 17, a conclusão de pelo menos uma orientação de Mestrado.

Art. 19. O credenciamento de docentes orientadores nas categorias de colaborador ou visitante será realizado por decisão do colegiado nas seguintes situações:

I. Doutores em programas de Pós-Doutorado, ou equivalente, atuantes no Programa;

II. Professores Doutores internos ou externos a esta Instituição convidados para suprir áreas estratégicas do curso, definidas pelo colegiado, mesmo que não cumpram o critério de produtividade, explicitado no item um do artigo 17.

Art. 20. O credenciamento do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia terá validade até o final do ciclo de avaliações vigente da CAPES e a renovação do credenciamento dos docentes será feita no início de cada ciclo de avaliação dos cursos de Mestrado e Doutorado pela CAPES, conforme os critérios especificados nos Artigos 17 e 18 deste Regimento.

Parágrafo único. Docentes que tenham deixado de atender aos referidos critérios de credenciamento no ciclo de avaliação anterior não terão seu credenciamento renovado ou excepcionalmente, caso mantenham alunos sob sua orientação, passarão à categoria de docente colaborador.

CAPÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO

SEÇÃO I DAS DISCIPLINAS E ATIVIDADES ACADÊMICAS

Art. 21. As matérias estudadas nos cursos de Mestrado e Doutorado são agrupadas em disciplinas obrigatórias e eletivas ministradas sob a forma de aulas expositivas, seminários, discussões em grupo, trabalhos práticos e outros procedimentos didáticos.

Art. 22. Cada disciplina tem uma carga horária expressa em créditos, aprovada pelo Colegiado do Programa.

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

Parágrafo único. O crédito corresponde a quinze horas-aula de natureza teórica/prática.

Art. 23. As atividades acadêmicas englobam o cumprimento de créditos em disciplinas, os exames de qualificação, além da elaboração e defesa de uma dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado.

Parágrafo único. Os exames de qualificação, bem como as atividades de elaboração e defesa de dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado não contabilizam créditos.

Art. 24. O currículo dos cursos é composto de um elenco de disciplinas caracterizadas por um código, denominação, carga horária, número de créditos, ementa e bibliografia básica.

Art. 25. A criação, alteração e desativação de disciplinas são propostas à Câmara de Pós-Graduação pelo Colegiado do Programa.

§ 1º A proposta de criação ou de alteração de disciplina deverá conter:

- a) justificativa;
- b) ementa e bibliografia;
- c) número de horas de atividades;
- d) número de créditos;
- e) indicação das áreas que poderão ser beneficiadas.

§ 2º A proposta de criação ou alteração de disciplina deverá demonstrar que não haverá duplicação de meios para fins idênticos e que existem recursos humanos para ministrar a nova disciplina dela resultante.

Art. 26. A avaliação do aluno, em cada disciplina, será feita por meio de provas e/ou trabalhos escolares e de frequência, e será traduzida de acordo com os seguintes conceitos:

- A ó Excelente;
- B ó Bom;
- C ó Suficiente;
- D ó Fraco;
- E ó Insuficiente;
- F - Reprovado por faltas (frequência inferior a 75%).

§ 1º Para cálculo do coeficiente de rendimento, os conceitos A, B, C, D e E poderão ser convertidos, respectivamente, nos seguintes valores numéricos: 5, 4, 3, 2 e 1.

§ 2º Será considerado aprovado na disciplina o aluno que, necessariamente, apresentar frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento das atividades desenvolvidas e conceito igual ou superior a C.

Art. 27. A equivalência de disciplinas, a critério e análise do Colegiado, poderá ser concedida em até 100% dos créditos solicitados, quando esses créditos tiverem sido cursados no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único: Será permitido o aproveitamento de créditos que tiverem sido cursados há menos de cinco anos.

Art. 28. É facultado ao Colegiado referendar o aproveitamento de créditos de disciplinas obtidos em outros cursos de cursos de pós-graduação da UFRN ou de outras instituições, em conformidade com os prazos e normas estabelecidos no Regimento do Programa.

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

§ 1º A equivalência de disciplinas, a critério e análise do Colegiado, somente poderá ser concedida até o limite de 40% (quarenta por cento) do total de créditos exigidos para a integralização dos estudos de Mestrado e Doutorado.

§ 2º As disciplinas somente poderão ser aproveitadas quando cursadas há menos de 5 (cinco) anos, salvo casos específicos aprovados pelo Colegiado.

Art. 29. Os prazos para conclusão dos cursos, incluídas a elaboração e a defesa da dissertação ou tese, são de 24 (vinte e quatro) meses para o curso de Mestrado e 48 (quarenta e oito) meses para o curso de Doutorado, quando cursados regularmente.

§ 1º Os prazos máximos para a conclusão dos cursos de Mestrado e de Doutorado são de 36 (trinta e seis) meses e 60 (sessenta) meses, respectivamente.

§ 2º Os prazos mínimos para a conclusão dos cursos de Mestrado e de Doutorado são de 12 (doze) meses e 36 (trinta e seis) meses, respectivamente.

Art. 30. O aluno será desligado do Programa nas seguintes situações:

- a) quando apresentar 2 (duas) reprovações em disciplinas;
- b) quando exceder os prazos de duração do curso em que está matriculado, conforme definidos no Regimento do Programa;
- c) por decisão do Colegiado, ouvido o orientador, nos casos previstos no Regimento do Programa.

SEÇÃO II DAS VAGAS

Art. 31. O número de vagas para os cursos de Mestrado e Doutorado é fixado a cada processo seletivo pelo Colegiado do Programa, observando-se:

- a) o número de professores orientadores com vagas disponíveis;
- b) as atividades de pesquisa do Programa;
- c) os recursos financeiros disponíveis;
- d) a capacidade das instalações;
- e) a relação orientador *versus* aluno, estabelecida pelo Comitê de área da CAPES;
- f) o fluxo de entrada e saída de alunos.

Parágrafo único. O Colegiado do Programa estabelecerá o número máximo de orientandos por docente, à luz dos critérios definidos pela CAPES para a área de Ecologia e Meio Ambiente.

SEÇÃO III DO CORPO DISCENTE

Art. 32. O corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia é constituído por alunos regulares e alunos especiais.

§ 1º São alunos regulares os matriculados nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia *stricto sensu* da UFRN, observados os requisitos previstos neste Regimento.

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

§ 2º São alunos especiais os alunos regularmente matriculados em outros programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFRN ou de outras instituições de Ensino Superior, cuja inscrição em disciplinas isoladas do Programa de Pós-Graduação em Ecologia é feita com vistas à obtenção de créditos.

§ 3º A inscrição em disciplinas isoladas, na qualidade de aluno especial, não assegura direito à obtenção de diploma ou certificado de pós-graduação em Ecologia.

SEÇÃO IV
DOS EXAMES DE SELEÇÃO E ADMISSÃO AOS CURSOS DE
MESTRADO E DOUTORADO

Art. 33. Os exames de seleção para os cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ecologia da UFRN serão realizados em periodicidade definida em colegiado, de acordo com a disponibilidade de vagas e bolsas e em função da demanda e serão realizados de acordo com as normas estabelecidas na Seção V do presente Regimento.

Parágrafo único. Informações específicas sobre o período de inscrição, número de vagas e realização dos exames de seleção serão previamente divulgadas pelo Programa mediante Edital.

Art. 34. São requisitos para a participação no processo seletivo:

- I - atender integralmente as disposições constantes no presente Regimento;
- II - ter concluído curso superior de graduação plena em quaisquer áreas de conhecimento ou apresentar documento oficial comprobatório de que concluirá o curso até a data de início do ano acadêmico de referência do processo seletivo;
- III - ter realizado a inscrição em tempo hábil e conforme as normas expressas em Edital do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFRN.

Art. 35. No ato da inscrição, o candidato ao curso de Mestrado deverá apresentar à secretaria do Programa os seguintes documentos:

- I - formulário de inscrição e 2 (duas) fotografias 3x4 recentes;
- II - cópia do diploma de graduação ou documento equivalente;
- III - histórico escolar de graduação;
- IV - *curriculum vitae* documentado;
- V - carta de aceitação do orientador;
- VI - outros documentos exigidos pelo Programa em Edital.

Art. 36. No ato da inscrição, o candidato ao curso de Doutorado deverá apresentar à secretaria do Programa os seguintes documentos:

- I - formulário de inscrição e 2 (duas) fotografias 3x4 recentes;
- II - cópias dos diplomas de graduação e de Mestrado ou documentos equivalentes;
- III - histórico escolar dos cursos de graduação e de Mestrado;
- IV - *curriculum vitae* documentado;
- V - carta de aceitação do orientador;
- VI - projeto de pesquisa com parecer favorável do docente que concedeu a carta de aceitação;

VII - carta do candidato que explicita os motivos que o levaram a escolher o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ecologia da UFRN;

VIII - outros documentos exigidos pelo Programa em Edital.

SEÇÃO V

DOS PROCESSOS SELETIVOS PARA ADMISSÃO NOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

Art. 37. O processo seletivo para admissão nos cursos de Mestrado e Doutorado será conduzido pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo (COPS), designada pelo Colegiado do Programa.

Art. 38. O processo seletivo para admissão no curso de Mestrado constará de três fases: Prova de Conhecimentos Específicos (PCE), Prova de Conhecimentos em Inglês (PCI) e Análise Curricular (AC).

Art. 39. O processo seletivo para admissão no curso de Doutorado constará de quatro fases: Prova de Conhecimentos Específicos (PCE), Prova de Conhecimentos em Inglês (PCI), Análise Curricular (AC) e Análise do Projeto de Pesquisa (APP).

Parágrafo único. É facultado aos candidatos ao curso de Doutorado que obtiveram o título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFRN há menos de 5 (cinco) anos, o aproveitamento da PCE e da PCI previamente realizadas.

Art. 40. A Prova de Conhecimentos Específicos (PCE), de caráter eliminatório e classificatório para ingresso no curso de Mestrado e de caráter apenas eliminatório para ingresso no curso de Doutorado, será realizada de acordo com a bibliografia recomendada para o processo seletivo e será avaliada pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo (COPS), que atribuirá notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para a PCE de cada candidato.

Parágrafo único. Será eliminado do processo seletivo o candidato que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) na PCE.

Art. 41. A Prova de Conhecimentos em Inglês (PCI), de caráter eliminatório e classificatório para ingresso no curso de Mestrado e de caráter apenas eliminatório para ingresso no curso de Doutorado, constará de tradução e/ou interpretação de texto científico e poderá ser feita com o auxílio de dicionário. A COPS atribuirá notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para a prova de cada candidato.

Parágrafo único. Será eliminado do processo seletivo o candidato que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) na PCI.

Art. 42. A Análise Curricular (AC), de caráter classificatório para ingresso nos cursos de Mestrado e Doutorado, será realizada pela COPS com base nos comprovantes apresentados pelos candidatos.

Art. 43. A Análise do Projeto de Pesquisa (APP), de caráter eliminatório e classificatório para ingresso no curso de Doutorado, será realizada pela COPS, que atribuirá notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) ao projeto de pesquisa apresentado por escrito e defendido oralmente, em data definida por edital.

Parágrafo único. Será eliminado do processo seletivo o candidato que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) na APP.

SEÇÃO VI

DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 44. A COPS atribuirá a cada candidato uma Nota Final Classificatória (NFC) obtida a partir das fórmulas descritas em seguida para os participantes do processo seletivo para os cursos de Mestrado (NFC^M) e Doutorado (NFC^D):

$$NFC^M = 0,6 (PCE) + 0,2 (PCI) + 2 (NI/NM)$$

$$NFC^D = 0,4 (APP) + 6 (NI/NM)$$

Nestas fórmulas, PCE é a nota da Prova de Conhecimentos Específicos, PCI é a nota da Prova de Conhecimentos em Inglês, APP é a nota referente a Análise do Projeto de Pesquisa, NI o número de pontos obtidos pelo candidato na Análise Curricular (AC) e NM o número de pontos obtidos pelo candidato que conseguir a máxima pontuação na Análise Curricular (AC) entre todos os candidatos participantes do processo seletivo para o curso em tela (Mestrado ou Doutorado).

Art. 45. No cálculo da Nota Final Classificatória (NFC), o resultado será apresentado até a primeira casa decimal, arredondando-a para mais quando o dígito subsequente for igual ou superior a 5 (cinco).

Art. 46. A classificação dos candidatos dar-se-á em ordem decrescente e nos casos de empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, por ordem decrescente: maior nota na PCE, maior nota na PCI, e maior nota na AC, para o Mestrado; e maior nota na AC, maior nota na APP, para o Doutorado.

SEÇÃO VII

DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO NA ANÁLISE CURRICULAR

Art. 47. Na análise curricular serão considerados e pontuados apenas os itens especificamente estabelecidos em Edital.

§ 1º A atribuição de pontos levará em conta estritamente os comprovantes apresentados pelo candidato no ato da inscrição e será feita através de cópias dos documentos emitidos pelas competentes autoridades das instituições públicas ou privadas.

§ 2º A critério da COPS poderão ser solicitados os originais dos documentos comprobatórios apresentados pelos candidatos.

§ 3º Cada atividade declarada só será valorada uma vez.

§ 4º Somente serão valoradas as atividades relacionadas às áreas afins das Ciências Biológicas e Ambientais.

SEÇÃO VIII

DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

Art. 48. Concluído o processo seletivo, a COPS divulgará os resultados e encaminhará relatório acompanhado das notas de todos os candidatos à Coordenação do Programa, que o submeterá ao Colegiado do referido Programa para a devida homologação.

Art. 49. Do resultado final, divulgado pela COPS, caberá recurso para o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da referida publicação.

Art. 50. Os casos omissos e as situações não-previstas no presente documento serão analisados pelo Colegiado do Programa e encaminhados, se necessário, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ó CONSEPE.

SEÇÃO IX

DA ADMISSÃO DIRETA AO DOUTORADO DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NO MESTRADO

Art. 51. Em caráter excepcional, o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia poderá recomendar a admissão ao Doutorado de alunos regularmente matriculados no Mestrado que apresentem desempenho acadêmico destacado, com base em pedido feito por escrito por seu orientador.

§ 1º A integralização do número de créditos em disciplinas do curso de Mestrado é pré-requisito à solicitação da referida admissão ao Doutorado.

§ 2º Para cumprimento dos prazos legais estabelecidos no presente Regimento pelo aluno admitido ao Doutorado por transferência de nível, será utilizada a data inicial de matrícula no curso de Mestrado.

§ 3º Bolsistas de Mestrado que venham a solicitar a admissão direta ao Doutorado deverão preencher os critérios e cumprir as normas estabelecidas pelas agências de fomento que os patrocinam, de modo a assegurarem a continuidade da bolsa na transferência de nível em questão.

Art. 52. O pedido do candidato à admissão direta ao Doutorado deverá incluir documentação comprobatória (em três vias) sobre:

- I - cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e estágios realizados;
- II - produção técnica e científica;
- III - participação em reuniões e eventos científicos;
- IV - atividades relevantes de caráter técnico-profissional, exercidas no âmbito da UFRN ou fora dela;
- V - histórico escolar do Mestrado em curso;
- VI - modificações e alterações efetuadas no projeto de pesquisa do Mestrado, que o caracterizam, agora, como um projeto em nível de Doutorado.

Art. 53. O Colegiado do Programa deverá apontar comissão examinadora, da qual o orientador do candidato não fará parte, composta por três docentes doutores credenciados no Programa, para analisar e emitir parecer fundamentado sobre o pedido de defesa direta de tese do candidato.

Art. 54. A defesa direta de tese obedecerá ao disposto neste Regimento e deverá ser realizada até 2 (dois) anos após a aprovação do pedido pela Comissão de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN.

SEÇÃO X DA MATRÍCULA

Art. 55. A matrícula nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia é aberta a diplomados de nível superior em quaisquer áreas de conhecimento e exige aprovação em exames de seleção, cujos critérios são estabelecidos no presente Regimento.

Parágrafo único. A aceitação de diplomados por instituição de nível superior estrangeira dependerá do parecer do Colegiado do Programa, observados o histórico escolar do candidato e a legislação em vigor.

Art. 56. Com a concordância do seu orientador, e desde que ainda não tenha sido ministrada metade da carga horária correspondente, o aluno poderá solicitar ao Colegiado cancelamento de sua inscrição em uma ou mais disciplinas.

Art. 57. É permitido ao aluno requerer ao Colegiado trancamento de matrícula no curso, quando houver motivo justo, devidamente comprovado, ouvido o orientador.

§ 1º Em caso do trancamento de matrícula ser efetuado antes da obtenção de crédito, o exame de seleção pode, a critério do Colegiado, ser válido para a rematrícula no período letivo seguinte.

§ 2º É permitido ao aluno requerer mais de uma vez o trancamento da matrícula no curso, desde que a soma dos períodos sob trancamento não exceda o limite de 6 (seis) meses para o Mestrado e 12 (doze) meses para o Doutorado.

§ 3º Durante o período sob trancamento, estará suspensa a contagem do prazo máximo de duração do curso.

SEÇÃO XI DOS EXAMES DE QUALIFICAÇÃO

Art. 58. O exame de qualificação é obrigatório para os alunos do Programa e deverá ser realizado em até 20 (vinte) meses após o ingresso no curso de Mestrado e em até 36 (trinta e seis) meses após o ingresso no curso de Doutorado.

Parágrafo único. Somente poderá realizar o exame de qualificação o aluno que tiver cumprido todos os créditos em disciplinas (obrigatórias e eletivas).

Art. 59. Caberá ao orientador solicitar ao Colegiado do Programa o exame de qualificação e encaminhar as cópias da dissertação ou tese aos membros da banca examinadora, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data marcada para o referido exame.

Art. 60. O exame de qualificação será realizado na forma de uma pré-defesa do trabalho de dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado e consistirá em uma apresentação pública com duração mínima de 30 minutos e máxima de 45 minutos, seguida de arguição por

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

uma banca constituída por três doutores, docentes do Programa ou não, com comprovada competência na área, e deverá incluir o orientador como membro obrigatório e presidente da comissão examinadora.

§ 1º Estará qualificado o aluno que receber a aprovação unânime da banca examinadora.

§ 2º O aluno reprovado poderá fazer um único exame adicional de qualificação, o qual deverá ocorrer pelo menos 3 (três) meses após o exame inicial.

SEÇÃO XII DA TESE E DA DISSERTAÇÃO

Art. 61. A dissertação de Mestrado poderá ser apresentada no modo tradicional, de acordo com as normas técnicas definidas pelo Programa, ou sob a forma de coletânea de artigos produzidos durante o curso pelo mestrando, publicados, aceitos para publicação ou submetidos a jornais indexados.

§ 1º Mesmo sob a forma de coletânea de artigos prevista no *caput* deste Artigo, a dissertação como um todo deverá compor uma unidade logicamente concatenada.

§ 2º A dissertação deverá ser redigida na língua Portuguesa e conter resumos nas línguas Portuguesa e Inglesa.

Art. 62. Na dissertação de Mestrado, o candidato deve demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de pesquisa e sistematização do conhecimento.

Art. 63. A tese de Doutorado poderá ser apresentada no modo tradicional ou por agregação de artigos científicos.

§ 1º A elaboração da tese no modo tradicional deverá seguir as normas técnicas definidas pelo Programa, redigida obrigatoriamente na língua Portuguesa e conter resumos nas línguas Portuguesa e Inglesa.

§ 2º A elaboração da tese por agregação de artigos científicos deverá ser constituída por um documento que incorpore capítulos no formato de artigos completos, publicados ou em forma de manuscrito, e deverá conter um texto integrador introdutório que aborde os objetivos, o estado atual de conhecimento e as contribuições científicas geradas pela tese.

§ 3º Para o cumprimento do previsto no parágrafo anterior serão considerados somente os artigos científicos de autoria do discente, que sejam diretamente relacionados com o tema desenvolvido na tese e que não tenham sido utilizados na dissertação de mestrado do aluno.

Art. 64. A tese de Doutorado, além dos requisitos da dissertação, deve oferecer contribuição relevante e original para a área de estudo em que for desenvolvida.

Art. 65. Após cumprir todos os requisitos exigidos pelo Regimento do Programa e concluída a dissertação ou tese, o aluno, com a autorização do docente orientador, requer ao coordenador o exame do trabalho em defesa pública, de acordo com o disposto no Regimento do Programa.

§ 1º Junto com o requerimento, serão entregues exemplares impressos da dissertação ou tese, em número suficiente para atender aos membros da banca examinadora e à secretaria do Programa.

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

§ 2º Após a arguição e a aprovação pela banca examinadora, o aluno deverá entregar à coordenação do Programa a dissertação ou tese em sua versão final, com as devidas retificações solicitadas pela banca (se for o caso), para que a coordenação solicite a homologação do trabalho à Comissão de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN.

§ 3º O processo de homologação da dissertação ou tese deve conter os seguintes documentos:

- a) 1 (um) exemplar da dissertação ou tese em papel;
- b) 1 (um) exemplar da dissertação ou tese em mídia digital, acompanhado do termo de autorização para sua divulgação devidamente assinado;
- c) histórico escolar;
- d) cópia da ata da reunião de defesa, assinada por todos os membros da banca examinadora e pelo candidato;
- e) formulário para cadastro de dissertações e teses, devidamente preenchido;
- f) formulário de requisição de diploma, devidamente preenchido;
- g) comprovante de aprovação em exame de proficiência em língua Inglesa para o mestrado e em exame de proficiência em língua Inglesa e mais uma língua estrangeira, a critério do aluno, para o doutorado;
- h) comprovante de aprovação no exame de qualificação;
- i) certidão negativa das bibliotecas central e setoriais, quando for o caso;
- j) cópias do CPF e da cédula de identidade.

§ 4º A homologação de que trata o parágrafo anterior deve ser solicitada no prazo máximo de 6 (seis) meses após a defesa.

§ 5º A banca examinadora de tese ou dissertação deve ser composta de, no mínimo, 3 (três) membros para Mestrado e 5 (cinco) membros para Doutorado, e será presidida pelo orientador.

§ 6º Na composição das bancas examinadoras de tese ou dissertação, é obrigatória a presença de profissionais externos à UFRN, portadores de título de doutor ou equivalente, na quantidade mínima de 1 (um) examinador externo para banca de Mestrado e 2 (dois) examinadores externos para banca de Doutorado.

CAPÍTULO IV

DO GRAU ACADÊMICO, DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 66. Para obtenção do grau de mestre em Ecologia, o aluno deve satisfazer às seguintes exigências:

- I - contabilizar pelo menos 25 (vinte e cinco) créditos em disciplinas de pós-graduação, dos quais 20 (vinte) créditos em disciplinas obrigatórias do Programa, com coeficiente de rendimento mínimo 0,80;
- II - ser aprovado em exame de qualificação, na forma definida por este Regimento;
- III - apresentar dissertação perante banca examinadora, composta de pelo menos 3 membros, devendo obter a aprovação de todos eles;

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

IV - obter homologação de sua dissertação, efetuada pela Comissão de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN.

§ 1º O coeficiente de rendimento (CR), tratado neste artigo, deverá ser calculado pela fórmula abaixo, sendo N_i o conceito convertido em valor numérico e C_i o número de créditos da disciplina i:

$$CR = \frac{\sum (N_i \times C_i)}{\sum C_i}$$

§ 2º Serão computados, no cálculo do coeficiente de rendimento, os resultados finais obtidos nas disciplinas em que o aluno tenha sido reprovado, devendo-se, entretanto, efetuar a necessária substituição pelo resultado obtido na mesma disciplina, quando da sua repetição e consequente aprovação.

Art. 67. Para a obtenção do grau de doutor em Ecologia, o candidato deve satisfazer às seguintes exigências:

I - contabilizar pelo menos 35 (trinta e cinco) créditos em disciplinas de pós-graduação, dos quais 20 (vinte) créditos em disciplinas obrigatórias do Programa, com coeficiente de rendimento mínimo 0,80;

II - ser aprovado em exame de qualificação, na forma definida por este Regimento;

III - apresentar tese perante banca examinadora composta de pelo menos 5 membros, devendo obter aprovação de todos eles;

IV - obter homologação de sua tese, efetuada pela Comissão de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN.

Art. 68. Em caso de insucesso na defesa de dissertação ou tese, o Colegiado do Programa poderá, mediante proposta justificada da banca examinadora, dar oportunidade ao candidato para apresentar um novo trabalho, respeitados os prazos máximos do curso previstos neste Regimento.

Art. 69. Só será permitido o aproveitamento de estudos realizados nos cursos de mestrado ou doutorado, com vistas à emissão de certidão de especialista ou aperfeiçoamento, após o encerramento do vínculo do aluno sem a obtenção do título, regularmente matriculado com a UFRN.

Art. 70. Os diplomas, certificados e declarações somente serão fornecidos após o cumprimento das exigências deste Regimento e da Regulamentação Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da UFRN.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71. Os casos omissos nesse Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, pela Comissão de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pela Câmara de Pós-Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou CONSEPE e, finalmente, pelo próprio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou CONSEPE.

Anexo da Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010.

Art. 72. Esse Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.